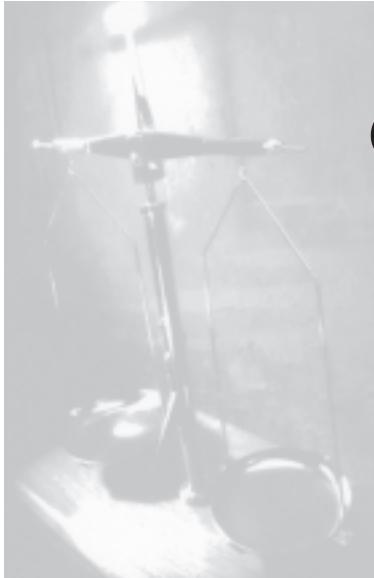


Gestão Educacional Novos Paradigmas (Acadêmicos)



Reinaldo Tamburus

RESUMO

O objetivo básico do presente artigo cinge-se à demonstração de novos paradigmas acadêmicos no tocante à gestão educacional, enfatizando as mudanças e os graves problemas sofridos pela educação brasileira na gestão do ensino superior.

ABSTRACT

The basic objective of the present article cinge it the demonstration of new academic paradigms in the moving one to the educational management, emphasizing the changes and the serious problems suffered for the Brazilian education in the management of superior education.

EXTRACTO

El objetivo baco del actual cinge del artilo ala demostraciae nuevos paradigmas acadencios en el mudanza a la gerencia educative, acentuando los cambios y los problemas serios sufridos para la educación brasileira la gerencia de la ducacin superior.

A educação brasileira, na gestão do ensino superior, vem enfrentando graves problemas devido ao descaso do governo federal e à situação sócio-econômica do país. No Brasil, há um percentual muito baixo de estudantes freqüentando a formação superior, exato 1% da população brasileira. A crise do ensino superior ainda se deve, nos últimos anos, a diversos outros fatores, dentre eles a redução dos concursos públicos, ausência de verbas de manutenção, descaso com a comunidade (no caso da Extensão, um dos pilares do conhecimento científico).

Dentro desse processo vem crescendo os ensinos superiores privado, formados de um perfil profissional voltado diretamente para uma “adaptação” ao “mercado”. O governo tente implementar, assim, um novo modelo de universidade, através de leis, decreto, medidas provisório, que em nada se identifica com a universidade crítica e autônoma, necessária ao enfrentamento dos desafios da inclusão social. Ele impõe um modelo de universidade submisso aos ditames do Banco Mundial: concebido de forma pragmática e imediatista, voltado majoritariamente ao setor privado, a quem cabe delinear a formação dos recursos humanos produtivos e competitivos, adequados, portanto, à lógica e às necessidades do mercado.

O ensino superior deveria contribuir para a solução dos problemas sociais, econômicos e políticos da sociedade brasileira. Só que neste contexto de latência em que se encontra o compromisso da universidade com seus resultados, tenta-se estruturar uma

Reinaldo Tamburus

Docente do Curso de Direito da
Universidade de Ribeirão Preto -
UNAERP

“gestão democrática”.

Neste estado de latência de sua ação política, a universidade tem uma atuação reforçadora da realidade de exclusão social do ensino público e gratuito.

Há uma crise na gestão do ensino superior. Sinais dessa crise é que a universidade ainda não forma plenamente profissionais adaptados aos novos modelos empresariais, nem investe efetivamente em capacitação de professores e criação de um ambiente de pesquisa eficiente, com financiamento público. O mecanismo de poder desta nova estrutura capitalista têm uma aparência de democracia participativa, só que o controle social agora se dá dentro do ambiente de trabalho, sem se constituir verdadeiramente numa democracia direta. Agora é o setor privado que vai complementar a deficiência do setor público no ensino superior; o número de matrículas das instituições públicas.

A educação atravessa um período em que apenas a formação superior já não garante a certeza de uma “empregabilidade”, há uma desregulamentação na contratação dos trabalhadores e um quadro de desemprego muito grave.

Há ainda, no ensino superior, a perspectiva de novas formas de ensino, como os cursos sequenciais, cursos que privilegiam as disciplinas profissionalizantes e eliminam as disciplinas de formação humanista, os cursos a distância via rede de computadores, o que o MEC já aponta como viabilidade a partir da criação de centros de ensino virtuais.

Essa questão da informática na educação tenta redefinir o modelo tradicional de educação, mas é planejado ainda de maneira muito deslumbrada, não atentando para as demandas sociais do processo educacional, as demandas de integração social. O uso da informática no Brasil ainda é elitista e não apresenta neste momento nenhuma democracia no processo educacional.

Plano Nacional de educação, Proposta da Sociedade Brasileira. II CONED. Belo Horizonte, 09.11.1997.

Para gerir o ensino superior, visando a integração social e a manutenção do acesso como um direito de cidadania, é preciso que na prática se resolvam questões fundamentais para que a Universidade Brasileira dê conta de sua função social, inserida numa democracia. É preciso, por exemplo, ter os recursos necessários, aumentar os laços com a comunidade, visando ao Ensino e à Extensão, projetar soluções para os graves problemas sociais advindos com a recessão econômica, reformular o controle burocrático, buscar a efetiva autonomia das universidades e, por fim, fazer uma profunda revisão dos currículos, nesta nova fase de adaptação às transformações na organização produtiva do capitalismo.

É dos professores a primeira obrigação de transmitir os conhecimentos necessários para que o processo de transformação se inicie. Vale ressaltar também os funcionários, são eles, através de seu exemplo, que também deveriam ensinar a preservar o ambiente de estudo.

Finalmente os alunos, que recebem estas informações e práticas para aplicação em seu dia a dia e para a construção de seu futuro, seja como indivíduo, seja como, profissional.

Está na hora das Instituições de Ensino Superior formarem parcerias com a comunidade local e regional, com o objetivo de tornar, essas comunidades, socialmente sustentáveis. É fácil de imaginar o efeito a longo prazo de professores e estudantes universitários trabalhando em conjunto com administradores e seus subordinados conduzindo pesquisas para ajudar a implantar programas de sustentabilidade nos campus universitários e nas comunidades circundantes.

Estes estudantes, por certo estariam levando seu conhecimento, habilidades e valores sobre sustentabilidade para seus futuros empregos, utilizar-se-iam dos mesmos para tomarem decisões de consumo mais sábias, para efetuarem escolhas de estilos de vida mais adequadas, e para influenciarem, definitivamente, a melhoria das comunidades nas quais viverão.

Neste sentido, o ensino em todos os cursos de química, por exemplo, iria concluir,

obrigatoriamente, a preocupação com o perigo a saúde humana e ao ambiente ocasionado por processos químicos ao mesmo tempo em que procurariam desenvolver processos seguros e sustentáveis que, além disso tudo, poderiam ser rentáveis. No processo educacional seria dada ênfase a uma aprendizagem ativa, experimental e colaborativa na solução de problemas do mundo real seja no próprio campus universitário, seja na comunidade como um todo.

Exemplificando, a experiência de aprendizagem dos estudantes poderia, como parte do currículo, incluir trabalhos sobre problemas enfrentados pelas comunidades, governo e indústria, no mundo real. Isto iria também, aumentar o aprendizado e trabalho em grupo de tal forma que os estudantes seriam capazes de colaborar efetivamente como futuros gerente e líderes na busca de soluções para problemas complexo. Para levar-nos um passo mais próximo de nosso ideal, as Instituições de Ensino Superior deveriam “praticar o que ensinam”fazendo da sustentabilidade uma parte integral de suas diversas operações, tanto acadêmicas como administrativas, procurando, unir estes esforços nos currículos formais.

Uma Instituição de Ensino é um microcosmo da comunidade como um todo. Portanto, a maneira pela qual ele executa suas atividades diárias é uma importante demonstração de maneiras de adquirir responsabilidade vivendo e reforçando valores desejados e comportamentos na comunidade inteira.

Apenas para evidenciar uma situação existente: A Universidade Federal do Rio Grande do Sul envolve uma comunidade de mais de 30000 pessoas, se considerarmos alunos, professores e funcionários. Mais de 80% dos municípios do Estado do Rio Grande do Sul tem uma população inferior a 30000 habitantes. Assim um modelo testado e bem sucedido na Universidade seria passível de ser adaptado para aplicações em um grande numero de municípios gaúchos. Focada em si mesmo, as Instituições de ensino Superior poderiam engajar os estudantes na compreensão do “metabolismo institucional”e da “pegada ecológica”que pode ser resultante do uso inadequado de materiais e desenvolvimento de atividades inadequadas ambientalmente. Os estudantes ao desenvolverem um pensamento critico e trabalho participativo com as habilidades necessárias para o crescimento e sucesso pessoal e social, poderiam aprender a minimizar sua pegada ecológica. Um segundo passo deste processo seria observarmos o impacto ocasionado pelas Instituições de Ensino Superior ao formarem parcerias com comunidades locais e regionais para ajudá-las a serem socialmente vibrantes, economicamente seguras e ambientalmente sustentáveis. Finalizando, ao concluir seu curso, o estudante poderá ser capaz de levar juntos seus conhecimentos, habilidades e valores a respeito do que seja sustentabilidade, para seu futuro emprego, para suas decisões de consumo, para suas escolhas de estilo de vida, e finalmente, para a melhoria das comunidades em que viverá.

Conforme salienta Gaudêncio Frigotto, em todas organizações existem dois tipos de estruturas em constante tensão: aquelas projetadas que incorporam e manifestam relações de poder, e as emergentes que representam a vida e a criatividade das organizações. O grande desafio que se apresenta a todos os educadores é como fazer com esta estrutura existente, criando um ambiente sadio onde a criatividade do surgimento espontâneo conviva harmonicamente com a estabilidade do planejamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARROYO, Miguel G. Trabalho-Educação e Teoria Pedagógica In: Gaudêncio (org.). Educação e Crise do Trabalho: Perspectiva de Final de Século. 2ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.
- BRANDÃO, Zaia. A crise dos paradigmas e a educação. São Paulo: Cortez, 1996.
- FARAH, Marta Ferreira Santos. Reconstruindo o Estado: gestão do setor publico e reforma da educação. In : Planejamento e política publica. Brasília – DF: IPEA, n. 11, p. 189-236, junho/ dezembro de 1994.

NÓVOA, Antonio (Org.). Avaliação em educação: novas perspectivas. Portugal: Porto Editora, 1999.